

# Educação superior: Direito ou Mercadoria?\*

JOSÉ BARATA-MOURA\*\*

Recebido em 23/02/04

Aprovado em 03/05/04

\*\* José Barata-Moura é Reitor da Universidade de Lisboa. [acaras-altas@reitoria.ul.pt](mailto:acaras-altas@reitoria.ul.pt)

**Resumo:** O texto defende o princípio de que educação é um direito público e social. Critica a mercadorização da educação superior, prática cada vez mais alargada da globalização capitalista que converte a educação em mercadoria. Como antídotos a esse rebaixamento da humanidade, o autor propõe o cultivo livre e científico dos saberes e a cooperação.

**Palavras-chave:** Educação; educação superior; direito público; mercadorização da educação; cooperação.

**Abstract:** The text reaffirms the principle that education is a public social good. It criticizes the merchandizing of higher education – a trend which increases with capitalist globalization that transforms education into a commodity. As an antidote to this lowering of humanity, the author proposes the free and scientific cultivation of knowledge and cooperation.

**Key words:** Education; Higher education; Public Good; Commodification of education; Cooperation.

## 1. Educação

Começamos a nossa comunicação de hoje por um enunciado genérico a respeito da educação: *educação é o processo relacional aberto de dar forma à condição do nosso viver.*

Educar não é domesticar, nem formatar; educar é *eduzir*: desenvolver e formar a nossa aptidão de senhorio e de orientação do viver.

---

\* O presente texto corresponde à versão portuguesa do original castelhano apresentado em 19 de Fevereiro de 2004 na *Conferência Iberoamericana de Rectores y Responsables de Relaciones Internacionales*, realizada na Universidade de Santiago de Compostela.

A educação é um *processo vital*, o que quer dizer: cumpre-se ao longo da vida, em união estreita com a formação/construção do *ser* humano que cada um de nós protagoniza.

Este processo é, a um tempo, individual e social: formamo-nos como projecto, sempre dentro, e a partir, de um leque interactivo de *relações*.

A educação é um processo *reversível e abarcante*: nós educamo-nos (não somos apenas educados), em ambientes informais, desde logo, mas também em contornos formais ou institucionais.

Educados e educáveis, somos, como humanos, seres de cultura. É cultivando a nossa humanidade, é tomando a cargo o cuidado por ela, que realmente *somos* o que vamos sendo.

## 2. Educação Superior

Topologicamente, a educação superior vem «por sobre» outras formações. Intensivamente, uma educação denomina-se de «superior» porque aprofunda uma área consolidada do saber, proporciona um determinado título profissional, se desdobra numa circunstância científica de investigação.

Não há educação superior sem compromisso de racionalidade, sem experiência de pesquisa, sem exercício criativo da crítica.

Uma tradição de muitos séculos localizou a educação superior nas *Universidades* — comunidades de produção e de irradiação do saber.

Um trabalho milenar de formação de humanidade enriqueceu e institucionalizou a nossa educação, elevando-a a patamares sucessivos de exigência, de aprofundamento e de complexidade.

Em termos gerais, podemos comprovar hoje um fenómeno de alargamento da *formação básica reconhecida*, que nos deixa nos umbrais da universidade.

Mas estamos a franquear já as suas portas. Há países em que 70 ou 80% dos jovens com idades compreendidas entre os 18 e os 24 anos frequentam estudos superiores.

Esta tendência para melhorar e socializar o acesso ao ensino superior plasma-se, além disso, em políticas deliberadas de Estados que entendem, com consequência, o papel preponderante do nível educativo geral dos seus membros no desenho de estratégias de desenvolvimento autónomo e sustentável.

A informação e o conhecimento, nos seus estádios respectivos de maturação, foram sempre factores determinantes na configuração das diferentes formações económicas e sociais. Mas o nosso mundo é já um mundo de articulação em rede onde o *saber* dispõe, sem precedentes, de um peso qualitativo crescente na determinação dos entramados sociais.

O cultivo científico dos saberes devém, por conseguinte, um bem *público* de primeira necessidade. Porque subministra a *matéria* de muitas produções e, do mesmo passo, a *qualificação* da força de trabalho.

Um povo culto é, além disso, um mercado potencial para consumos mais diversificados e exigentes; mas num povo culto desenvolvem-se também um conceito e uma prática mais adultos de cidadania.

O entrelaçamento da educação superior com os requisitos e as derivas do mundo contemporâneo não só se torna, assim, manifesto, como, pelas suas manifestações, reclama soluções alargadas de maior consistência e alcance social.

### 3. Direito à Educação

De um ponto de vista ontológico, o primeiro direito humano é o direito a *ser* humano: a cultivar a sua humanidade na plenitude das suas determinações, a dar forma *humana* ao ser de cada um de nós, a modelar-se humanamente uma destinação (pessoal e colectiva).

Esta é a raiz *ontológica* do direito à educação.

Individualizado na sua vivência subjectiva, o direito à educação é um direito *social*. Porque só em socialidade se produz educação; porque o viver de agentes cultos se projecta de dentro e para a sociedade.

Neste particular, podíamos tomar como formulação principial guia a seguinte: educar *todos os homens e o homem todo*.

Na sua *realidade efectivada* (que, em larga medida, continua a ser objecto de luta), os direitos humanos não são declarações abstractas. Da sua concreção faz parte constitutiva a sua localização segundo coordenadas históricas: são direitos em devir de novas aportações, são direitos que com a história incorporam novos anseios de humanidade, são direitos que na história têm de adquirir presença material.

No horizonte dos nossos dias, o direito à educação superior apresenta-se não apenas como possibilidade real (uma possibilidade materialmente fundada), mas como um postulado de realização próxima (uma exigência de que os tempos estão grávidos).

Sem prejuízo de outras iniciativas privadas sérias (que se não excluem, nem demonizam), é, no entanto, responsabilidade *pública* da colectividade politicamente organizada (ou seja, do Estado) promover a formação qualificada dos seus membros.

De um ponto de vista comunitário, a referida formação não representa uma vantagem exclusivamente pessoal, um benefício apenas privado, mas um incremento concreto da massa crítica e do poder social, com um elevado valor

reprodutivo sobre o conjunto das suas esferas de actividade.

A educação superior é um *direito*, porque se perfaz globalmente em proveito de todos; não porque, como privilégio individual, possa ser paga como um qualquer objecto de adorno.

Estamos a falar de *educação*; não estamos a falar de peças de vestuário simbólico.

#### 4. «Mercadorização»

A «mercadorização» da educação superior — isto é, a sua fundamental resolução em «mercadoria» — assenta em pressupostos diametralmente distintos:

- equipara a educação a uma *coisa* que se compra e que se vende, olvidando totalmente que ela só se possui porque, em e como processo vital, se constrói;
- converte a educação num bem transaccionável de exclusivo interesse privado, desfigurando por completo a valência social primeira de que ela se reveste; por isso insistimos em referir que a educação é um bem *público*;
- não entende em absoluto a diferença entre o facto de existirem bens culturais industrializáveis (e comercializáveis) e o intento de que se produza cultura apenas sob o império e os ditames do mercado aquisidor.

Nas sociedades que conhecemos, a *mercadoria* está comandada pela lógica implacável da optimização do *lucro*; pela nossa parte pensamos que a *educação* é uma *necessidade humana* de formação, não é uma faina de mercadores ocasionais que se dedicam à exploração do tráfico de certidões e diplomas.

Ao nível interno dos países, a putativa «mercadorização» do «ensino» superior é solidária de políticas liberalistas de apartamento, e de aligeiramento, do Estado no que toca às suas funções e responsabilidades sociais: na educação, na saúde, na segurança social, etc.

Em termos de globalização capitalista, no nosso mundo unipolar (e, amiúde, unilateralista), o objectivo central:

- de um ponto de vista *económico*, é sugar (sem grandes preocupações ou pruridos de qualidade) lucros de novos mercados, inclusivamente aproveitando investimentos em larga medida já amortizados;
- de um ponto de vista *político*, é influenciar a conduta e as representações de futuros quadros dirigentes autóctones num sentido favorável aos interesses do dominante;
- de um ponto de vista *ideológico*, é impor um esquema de *homogeneização* cultural e de valores, contrariando a dinâmica mais fértil da diversidade e do *diálogo das culturas*.

## 5. Diálogo das culturas

Hoje em dia, o *diálogo das culturas* é um instrumento *decisivo*, tanto para a formação de comunidades sustentadas, como para uma convivência sã e pacífica dos povos, chamados a escrever a sua história num horizonte comunicante de *multiculturalidade*.

A globalização actual é uma declinação do mercado mundial capitalista que, sob a batuta da cartilha liberalista e expandindo as suas fronteiras até aos confins do planeta, cria para si próprio um mundo à sua imagem e semelhança. Daí os seus pressurosos intentos de, a golpes de rolo compressor, tratar de impor *uniformidades* em todos os campos que abarca.

A lógica dominante é a da *conquista* (sofisticada ou brutal), sobredeterminada por um desejo (económico, político, cultural) estratégico de *esmagamento do outro*. A unidimensionalidade (grosseira ou rebuscada) devolve-nos sempre uma humanidade mais pobre e alienada.

Pluralidade de vozes não tem que ser sinónimo de diafonia. Dar voz cultural aos que dela se encontram privados em tantos outros domínios fundamentais é imperativo para combater opressões revestidas de silêncio. A harmonia mais poderosa é justamente a que resulta do produto dialógico dos contrários.

Contra a imediatez belicosa do «clash of civilizations», contra os enganos ilusivos da cultura única, contra o diletantismo pragmático do «play-off» das culturas, contra a clausura intolerante do «apartheid» cultural — só nos resta um caminho: assumir e promover o diálogo *constitutivo* das culturas, a única senda de onde pode sair uma experiência e um sentido mais ricos de *humanidade*.

Este caminho é perigoso e arriscado: abrir-se ao «outro» é também expor-se e questionar-se. Só uma cultura que leva a sério a sua dialéctica interior de *mesmidade* e de *diferença* se encontra em medida de franquear ao outro a sua identidade própria.

As culturas estanques podem perdurar como memória dogmaticamente recitada, mas atrofiam-se e perdem vitalidade. Fora do império arrasador (onde a indigência cultural campeia), só têm saída e desenvolvimento as culturas que aceitam o desafio da alteridade, da interacção, da construção conjunta de patamares mais avançados.

## 6. «Ócio trabalhado» versus «negócio sem freio»

É tempo de concluir, regressando ao nosso tema nuclear.

Converter a educação superior em *mercadoria* é algo que se encontra na agenda da Organização Mundial do Comércio, e que foi já objecto de compromissos vinculados pelos nossos governos numa anterior ronda de negociações.

Importa não esquecer aqui que – como a experiência infelizmente demonstra – aqueles que estão em posição de dominar são os que reclamam a liberalização completa das trocas.

No marco da Organização Mundial do Comércio, e do Acordo Geral sobre o Comércio de Serviços (GATS), a nova reivindicação não é tanto uma pura «desregulamentação», mas sim o uso em proveito dos dominantes de uma «regulamentação» frouxa ou inexistente no que respeita à educação não-pública. Abrem-se de par em par portas e janelas, não tanto a um verdadeiro ensino superior internacionalizado, mas antes a um rasteiro comércio de diplomas sem controlos de qualidade.

No quadro ibérico, por azares da fortuna, algumas universidades espanholas responsáveis associaram-se a entidades portuguesas de pouca ou nenhuma credibilidade para ministrarem diversos cursos de mestrado e de doutoramento. Não me parece uma estratégia de largos voos, capaz de contribuir adequadamente para um desenvolvimento são e positivo das relações entre as nossas comunidades científicas.

O cultivo científico dos saberes é, hoje em dia, também um pilar da soberania nacional: na sociedade do conhecimento, a iliteracia ou a dependência excessiva de outrem em matéria de ciência e tecnologia limita drasticamente a esfera de autonomia dos povos. Mas isto não tem que determinar de pronto um encerramento de fronteiras, tão impossível quanto contraproducente.

Temos, então, que tomar outra via.

O melhor antídoto contra o desarmamento perante a anexação cultural, e o rebaixamento da educação superior à condição de mercadoria, continua a ser o fortalecimento da *cooperação*, assente num diálogo inter-cultural sério, mediado por protocolos entre instituições idóneas, guiado por um propósito firme de desenvolvimento humanizante, e não de negociata avulsa e sem escrúpulos.

O cultivo do saber supõe liberdade e comunicação; mas jamais dispensa a criatividade e o *trabalho*.

Façamos da educação superior um espaço e um tempo de *otium* trabalhado, não um escaparate para o *negotium* sem freio.

Muito obrigado pela vossa atenção e paciência.

Lisboa, 23 de Fevereiro de 2004.